

*

O FALSO CONFLITO ENTRE TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS

Sérgio V. de Luna
Da PUC-SP e UNICAMP

Este texto foi concebido para apresentação no Fórum "Correntes teóricas na pesquisa educacional no Brasil", mantido durante o I Seminário de Pesquisa em Educação no Estado do Pará, organizado pelo Serviço de Planificação e Pesquisa em Educação da Universidade Federal do Pará. Contatos iniciais haviam dirigido minha atenção para uma série de questões que me preocupavam há tempos e foi com base nelas que organizei o texto. Todavia, com a formalização do convite a mim feito, dei-me conta de que o item que me cabia no debate era mais específico e referia-se exclusivamente ao Positivismo. Por essa razão, tornou-se necessária esta pequena introdução (à guisa de justificativa) e os quatro parágrafos seguintes.

Minha formação acadêmica foi toda calcada sobre uma metodologia experimental e ainda hoje trabalho em

função da análise do comportamento, embora não necessariamente ou nem sempre com experimentação. É provável que minha inclusão no fórum e no tema tenha sido devida a isso.

Contudo, não me considero um positivista, mesmo porque não sei exatamente a que as pessoas se referem com a utilização do termo, além do fato de se pretender que ele carregue conotações pejorativas. Ao longo da história, o positivismo de Comte foi se transformando, deu origem a novas tendências associadas a diferentes autores e misturou-se a um conjunto de desdobramentos com denominações variadas (incluindo o neopositivismo). Anos atrás, Bento Prado Júnior, em uma conferência na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, enfatizava esta questão e concluía afirmando que, a seu ver, o positivismo havia morrido com Augusto Comte

e não havia análise que permitisse caracterizá-lo nas tendências posteriores.

Exceto por alguns pesquisadores efetivamente engajados no compromisso da análise epistemológica, a maioria das pessoas fazem referência ao positivismo muito mais em função de um referente que congregue o que julgam de pior na pesquisa, do que efetivamente, em função de um conhecimento de causa quanto a uma corrente epistemológica. Voltarei a esta questão posteriormente.

Um exemplo típico disto pode ser observado nas críticas usualmente feitas a Skinner. Sobre ele tem recaído a pecha de positivista (mesmo que na maioria das vezes não se assuma o risco de identificar no quê exatamente consiste o seu positivismo). No entanto, há muitos anos (Skinner, 1974) ele escreveu um texto onde analisa características marcantes dessa corrente e assinala por que sua proposta foge dela. Posteriormente, pelo menos dois pesquisadores (Rose, 1982; Abib, 1982) refizeram a análise chegando à mesma conclusão. Curiosamente, embora nenhuma destas análises tenha sido formalmente contestada, os textos raramente são mencionados e as análises são desconsideradas (possivelmente porque nunca lidas).

Experimente perguntar às pessoas exatamente no que consiste o positivismo enquanto corrente epistemológica e, especialmente, quem é ou tem sido positivista. É pouco provável encontrar resposta para a segunda pergunta. Quanto à primeira, os indicadores apontarão mais provavelmente para características de uma pesquisa mal feita ou para pressupostos que todos defendemos um dia, mas que vimos abandonando há tempos.

Por estas razões, o texto a seguir não pretendeu discorrer sobre o positivismo, mas sim rever as bases sobre as quais erroneamente se tem estabelecido conflitos entre tendências metodológicas, e a discutir bases mais reais e saudáveis para um conflito honesto.

O sentido da palavra Metodologia tem variado ao longo dos anos. Mais importante, tem variado o *status* atribuído a ela no contexto da pesquisa. Em alguns âmbitos profissionais, Metodologia é associada à Estatística, e Demo (1981) sugere que, na América Latina, Metodologia aproxima-se mais do que se poderia chamar de Filosofia ou Sociologia da Ciência, enquanto a disciplina instrumental é referida como Métodos e Técnicas.

Qualquer que seja a conceituação que se adote, discussões relevantes foram sendo produzidas a respeito de Metodologia. Talvez a mais importante delas seja o reconhecimento de que a Metodologia não tem *status* próprio, precisando ser definida em um contexto teórico-metodológico qualquer. Em outras palavras, abandonou-se (ou vem-se abandonando) a idéia de que faça qualquer sentido discutir a metodologia fora de um quadro de referência teórico que, por sua vez, é condicionado por pressupostos epistemológicos.

Embora este já seja um passo importante no contexto da pesquisa e, principalmente, no ensino do pesquisar, há algumas questões derivadas cuja análise conjunta eu gostaria de enfatizar. Nessa análise pretendo discutir: 1) a diferença entre o pesquisar e o prestar serviços; 2) alguns requisitos para o pesquisar; 3) a relação entre problema de pesquisa e os procedimentos empregados; 4) o

problema e suas relações com a teoria; e 5) tecer algumas considerações finais.

Certamente alguns destes itens não constituem novidade e, por esta razão, não necessitariam ser aqui incluídos. Decidi fazê-lo, no entanto, porque ajudarão a explicitar algumas concepções minhas sobre pesquisa, facilitando o esclarecimento de análises posteriores.

PESQUISAR X PRESTAR SERVIÇOS

Há diferentes razões pelas quais um profissional se engaja em um trabalho. Garantidas sua qualidade e sua relevância por meio da avaliação de seus pares e de seu consumidor, o trabalho é importante e não há por que tratar dele aqui. Entretanto, a relevância e a qualidade de um trabalho não são suficientes para caracterizar uma pesquisa. Para isto, é necessário que o profissional e/ou equipe sistematize a ação e seu produto, e demonstre que o resultado avança no que até então se conhecia a respeito dos fenômenos envolvidos.

Apenas como exemplo da distinção, consideremos uma pesquisa que estou orientando. A aluna trabalhava em uma instituição escolar para deficientes mentais. Sua preocupação voltava-se para a participação da família no processo educacional e a tônica era dada pelo fato de se tratar de famílias de baixíssimo poder aquisitivo.

Em um determinado momento do trabalho, confrontei-a com a questão da definição da natureza do trabalho: ou os seus resultados caracterizariam uma prestação de serviços para *aquela população* (produto cuja relevância social eu não colocava em dúvida mas que, por outro lado, não me permitia enxergar a pesquisa) ou ela avançaria de modo a estudar fatores que interfeririam na participação de famílias de deficientes mentais na educação escolar de seus filhos (aproximando-se do que chamo de pesquisa).

Mesmo com o risco de desviar demais a atenção do leitor da questão central, duas observações precisam ser feitas a propósito deste exemplo. Seria perfeitamente possível descobrir, ao final da pesquisa, que as peculiaridades culturais da região e/ou daquela população particular tornavam os resultados absolutamente não generalizáveis, ficando restritos à situação sob estudo. Este fato em nada alteraria o *status* de pesquisa do estudo, na medida em que para chegar a esta conclusão teria sido necessário avaliar um conjunto mais amplo de fatores e de situações. Em segundo lugar, estas considerações não põem em dúvida o estudo de caso como uma técnica válida de pesquisa, aliás empregada há muito mais tempo do que se costuma supor. O que parece discutível é que o emprego do estudo de caso, em uma avaliação institucional (por exemplo), constitua em si mesmo uma pesquisa. O que deveria ser uma avaliação em profundidade de uma realidade menor, tendo em vista a identificação de processos e interações (em geral não captáveis em pesquisas com grandes populações) para conhecimento e interpretação de determinados fenômenos, vira um fim em si mesmo, caracterizando uma prestação de serviços.

Doravante, portanto, estarei referindo-me à pesquisa como uma atividade de investigação capaz de oferecer (e, portanto, produzir) um conhecimento "novo" a respeito

de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe a respeito da área ou fenômeno.

ALGUNS REQUISITOS PARA O PESQUISAR

Qualquer que seja o problema, o referencial teórico ou a metodologia empregada, uma pesquisa implica o preenchimento de três requisitos:

1. a existência de uma pergunta que se deseja responder;
2. a elaboração (e sua descrição) de um conjunto de passos que permitam obter informação necessária para respondê-la;
3. a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida;

Em outras palavras, é necessário haver um problema de pesquisa (o que não significa uma hipótese formal), um procedimento que gere informação relevante para a resposta e, finalmente, é preciso demonstrar que esta informação é decorrente do procedimento empregado e que a resposta produzida por ele não é apenas uma resposta possível, como também é a melhor resposta nas circunstâncias (o que inclui, certamente, o referencial teórico).

Antes de prosseguir, paro neste ponto para sugerir ao leitor que reflita sobre uma questão: exatamente, que tendência metodológica particular é caracterizada por estes três requisitos? Ou, de outra forma, que corrente metodológica poderia dispensar qualquer um deles? Neste caso, se a resposta for afirmativa, o que permitiria continuar falando em pesquisa?

Minha resposta a ambas as perguntas acima é "nenhuma" e passo a justificá-la usando cada um dos requisitos acima.

Os efeitos da inexistência de um problema de pesquisa (ou de uma pergunta que se queira responder) parecem claros e não dependem de muita discussão. Ele precisa existir, mesmo que sob a forma de uma mera curiosidade, para dirigir o trabalho de coleta de informações e, posteriormente, para organizá-las. É difícil argumentar contra a formulação de problemas de pesquisa e desconheço a existência de uma corrente metodológica que o faça seriamente.

Veza por outra surgem alegações de que a formulação de problemas de pesquisa é uma imposição de metodologias tradicionais (quase certamente o positivismo entrará como vilão). No entanto, a meu ver, a maioria dos argumentos oferecidos nesse sentido é equivocada, por manterem uma concepção estreita de "problema de pesquisa". Por exemplo, defensores da chamada pesquisa-ação sustentam não ser possível a formulação prévia de problemas em virtude de isto ser parte do próprio processo de pesquisa, devendo, portanto, brotar dele.

Não tenho objeções ao objetivo. Entretanto, se cabe ao pesquisador um papel de desencadeador desse processo ou, ainda, se cabe a ele qualquer papel diferencial que o qualifique como pesquisador, então é necessário que ele nos devolva uma análise que indique qual era o problema original (que poderia perfeitamente ter sido "como levar este grupo a descrever e identificar suas dificuldades?" ou algo no gênero) e que resposta obteve. Note-se que estou fazendo uma clara distinção entre a resposta às questões sociais que poderiam ter gerado sua ação no

grupo ou comunidade, e a resposta que ele oferece enquanto pesquisador à comunidade científica. Aproveito para dizer que pode residir aqui uma confusão que já se estabeleceu entre pesquisadores sobre a necessidade/adequação de se devolver à população os resultados da pesquisa. A questão central deveria ser: que população precisa ser informada de que resposta a que problema?

Em resumo, toda pesquisa tem um problema, embora a sua formulação possa variar quanto à natureza ou molaridade.

O segundo requisito mencionado diz respeito à existência de um conjunto de passos que gerem informação relevante, isto é, o procedimento. Nenhuma metodologia pode dispensar procedimentos. O erro cometido durante muito tempo, aliás, foi exagerar esta vinculação e associar a metodologia exclusivamente a procedimentos de coleta de informações.

A razão da inviabilidade de se dispensar procedimentos é simples. Se o problema que gera a pesquisa não pode ser respondido diretamente (caso contrário não teríamos um problema!), isto significa que a realidade não pode ser apreendida diretamente mas depende de um recorte que faça sentido. Este recorte é garantido pelo procedimento que seleciona as informações necessárias para uma leitura pelo pesquisador. Diferentes tendências farão recortes diferentes, mas não poderão prescindir de procedimentos de coleta de informações.

Finalmente, o critério de confiabilidade da resposta oferecida pela pesquisa. A questão é espinhosa e já recebeu as mais diferentes interpretações. Não pretendo fazer incursões nesta área e, muito menos, discutir possíveis parâmetros que diferenciem atividades científicas, estéticas, religiosas etc... Pretendo pura e simplesmente reafirmar minha posição de que, se a resposta depende da interpretação das informações geradas pelo procedimento, o pesquisador deve oferecer garantias quanto à sua adequação. Frequentemente (e cada vez mais), as informações geradas pelos procedimentos de pesquisa consistem de massas de relatos verbais, verdadeiros discursos (como se diz hoje), que em geral não são colocadas à disposição do leitor, ou pelo seu volume ou mesmo pela necessidade de manutenção do sigilo. Contudo, ainda nestes casos, o pesquisador não pode se furtar à dívida de expor os meios de transformação da informação em dado e de argumentar a favor da sua adequação. A ausência deste compromisso tem transformado muito do que começou como pesquisa em manifesto ou em romance¹.

Embutida na questão da fidedignidade existe outra questão. Uma vez tratadas e analisadas as informações, o pesquisador chega à resposta (ou respostas) ao seu problema. Consideradas as circunstâncias, por que ela é a melhor resposta possível? Por que respostas alternativas puderam ser descartadas? Apenas como exemplo da importância desta avaliação, lembro a frequência com que termino a leitura de uma "pesquisa" com a sensação de que a resposta estava pronta antes da pesquisa e teria sido oferecida independentemente das informações coletadas e das análises realizadas.

1 Nada tenho contra estes gêneros de literatura. Simplesmente não os considero como pesquisas.

Mais uma vez, a pergunta que se faz é: sob que condições uma corrente metodológica qualquer poderia se eximir de oferecer respostas a estas questões? E se puder, por que razão as respostas oferecidas por uma pesquisa realizada sob essa orientação deveriam merecer algum crédito?

Do meu ponto de vista, estas considerações sugerem que o conflito entre tendências metodológicas não pode residir nestes aspectos discutidos. Eles presidem a qualquer investigação científica, independentemente da vinculação teórico-metodológica do pesquisador. Passemos, então, a um outro aspecto da questão, e vejamos que respostas podemos obter da sua análise.

A RELAÇÃO ENTRE PROBLEMA DE PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS EMPREGADOS

Por uma razão ainda não muito clara para mim, a técnica de pesquisa, o procedimento, assume entre alguns pesquisadores (especialmente mas não exclusivamente entre os iniciantes) uma autonomia que não encontra qualquer justificativa. Por exemplo, não raro um aluno responderá à pergunta "Qual é o seu problema de pesquisa?" com "Vou usar um questionário para..." ou "Não sei ainda, mas sei que não quero fazer observação!" Recentemente, dei-me conta de que uma aluna, que não conseguia decidir-se quanto à formulação do seu problema, vinha pedindo bibliografia sobre pesquisa-participante. Conversando um pouco mais com ela, percebi que ela já optara pela pesquisa-participante embora não soubesse exatamente como nem por que fazê-lo.

O ponto em questão é que nenhuma técnica pode ser escolhida *a priori*, antes da clara formulação do problema, a menos que a própria técnica seja o objeto de estudo (como seria o caso em uma avaliação dos limites e possibilidades de uma determinada técnica de pesquisa ou, mesmo, de uma pesquisa de natureza didática onde a técnica é previamente selecionada para treino do aluno). Fazê-lo significa atribuir à técnica um poder que ela não tem e a tendência só pode ser atribuída ao modismo².

Tomemos alguns exemplos do cotidiano. Suponhamos que um pesquisador esteja interessado em investigar o nível, a qualidade do rendimento de alunos do primeiro grau. A moda atual é, neste ponto, estabelecer um roteiro de entrevistas e marcar um horário com professores na tentativa de obter as informações necessárias. Quase com certeza será empregada a análise de conteúdo (cujos pressupostos, na maioria das vezes, são desconsiderados) e, muito provavelmente, haverá um longo questionário para caracterização do nível sócio-econômico da família do aluno (que ao final será desprezado por falta de critérios de análise).

Minha primeira tendência, nestes casos, é sempre a de questionar as decisões metodológicas na medida em que o problema não me parece suficientemente claro para entendê-las. No caso em questão, a escolha da entrevista pressupõe duas decisões, a meu ver temerárias: que a professora é uma boa informante sobre o rendimento do aluno; e que, no caso de dificuldades do aluno, ela não é parte do problema ou que, sendo, admite o fato e dispõe-se a relatá-lo. Os dados de pesquisa e a experiência com

professores indicam fortemente a necessidade de esses aspectos serem trabalhados junto ao professor; conseqüentemente, a fidedignidade das informações coletadas junto a essa fonte, *considerado este problema*, é no mínimo duvidosa.

Da mesma forma, determinados projetos de pesquisa selecionam a observação como método preferencial (ou exclusivo) de coleta de informações, quando uma formulação clara do problema indicaria que o objeto de estudo é um processo que não se mostra claramente na situação sob observação.

Deste ponto de vista, os possíveis conflitos entre tendências metodológicas não se explicam pelo uso preferencial de técnicas de coleta de informações. Na verdade, seus diferentes usos decorrem da formulação do problema e não de características peculiares de cada uma delas. Neste caso, o centro da questão parece estar no problema ou, mais propriamente, na relação teoria-problema.

O PROBLEMA E SUAS RELAÇÕES COM A TEORIA

A realidade empírica é complexa mas objetiva. Não traz nela mesma ambigüidades. O homem individual é subjetivo porque incapaz de separar o objeto da concepção que faz dele, o que vê do que imagina e, sobretudo, porque incapaz de ler, na observação, o processo que determina um fenômeno particular momentâneo (mesmo porque dificilmente ele se evidenciaria nesta situação).

Não há novidade nisto. Autores tão diferentes quanto Kerlinger (1980) e Demo (1981) já o disseram explicitamente. Sua recuperação interessa-me, aqui, porque permite circunscrever o papel da teoria dentro da ciência.

A partir de conhecimentos parciais obtidos pela limitação do homem, a teoria surge como uma possibilidade de integrá-los e, neste sentido, é sempre um recorte, um retrato parcial e imperfeito da realidade.

Uma vez elaborada, a teoria passa a servir a dois propósitos importantes à nossa discussão: ela indica lacunas em nosso conhecimento da realidade e, com isto, gera novos problemas de pesquisa: ao mesmo tempo, apesar de parcial, ela serve de referencial explicativo para os resultados que vão sendo observados. Uma teoria que não sirva a estes propósitos terá muito pouca utilidade e tenderá a ser reformulada ou mesmo abandonada.

Apesar do poder de abrangência e de generalidade que se espera da teoria ou que se lhe atribui, ela continua sendo um recorte da realidade. Mesmo teóricos tão antigos e prestigiados como Freud, Piaget e Marx circunscreveram claramente o âmbito de explicação de suas teorias. Em virtude desta restrição no âmbito de explicação, a teoria acaba, por sua vez, restringindo ou pelo menos priorizando, no planejamento, a coleta de informações capazes de serem absorvidas pela explicação. É neste aspecto, a

2 Devo ressaltar, a bem da verdade, que um pesquisador pode ter e freqüentemente tem preferências e rejeições em relação a determinados procedimentos de pesquisa. Mas, nestes casos, ou ele encontra alternativas viáveis ou abandona o projeto. A experiência, contudo, indica que ele aprende a formular problemas compatíveis com suas crenças e/ou preferências.

meu ver, que reside o conflito. E, este sim, é um conflito saudável que vale a pena enfrentar em virtude dos benefícios mútuos para os diferentes pesquisadores que nele entrarem honestamente. Por isto, quero comentá-lo detalhadamente.

O referencial teórico de um pesquisador é um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades. É tão improvável que um psicanalista cogite dos efeitos da estrutura cognitiva de uma criança sobre seu desempenho, quanto um piagetiano procure levantar informações sobre a resolução do complexo de Édipo das crianças que estude.

Desta forma, os problemas de pesquisa gerados por cada um deles tenderão a refletir seus vieses teóricos. Não haverá razão para espanto se cada um deles enveredar por procedimentos metodológicos diferentes; nem se ambos optarem pelos mesmos procedimentos. Mas seria extremamente curioso descobrir que ambos coletaram as mesmas informações e, principalmente, que chegaram à mesma resposta para um problema (que, aliás, dificilmente seria formulado da mesma maneira). As decisões metodológicas são pura decorrência do problema formulado e este só se explica devidamente em relação ao referencial teórico que deu origem a ele. Qualquer tentativa de confronto entre métodos e técnicas de pesquisa, portanto, só poderá ser resolvido levando-se em conta os objetivos contidos no problema e a capacidade de explicação do referencial teórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das diferenças metodológicas tem sido formulada em termos imprecisos. Se um pesquisador atender aos requisitos apontados no início deste trabalho, a saber, a explicitação de uma pergunta/problema; a elaboração (e clara descrição) de um conjunto de passos que obtenham informação necessária para respondê-la(o); e a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida, então será possível avaliar seu produto segundo os parâmetros de *seu* referencial. Fora disto, corremos o risco de criticar um pesquisador por não ter feito a pesquisa como

nós a faríamos ou, pior, a avaliação da produção científica dependerá da crença em valores compartilhados por iniciados em uma mesma confraria.

Parte da imprecisão na maneira de encarar as diferenças entre as correntes metodológicas explicita-se na consideração das diferentes técnicas de pesquisa, como se elas revelassem algo além da possível adequação entre a formulação do problema e as informações necessárias para a pesquisa. Este tipo de deslocamento da questão tem apresentado ramificações. A necessária discussão a respeito da adequação de métodos qualitativos em relação à captação de determinados fenômenos e processos desenvolveu uma caça às bruxas aos métodos quantitativos, como se não houvesse problemas para os quais estes fossem úteis ou mesmo indispensáveis.

Outro deslocamento da questão evidencia-se na tentativa de confrontar diferentes tendências teórico-metodológicas como se a verdade de cada uma pudesse ser atestada pela fragilidade da outra. Ao contrário, a força de uma abordagem teórico-metodológica é demonstrada pela sua resistência à crítica que se exerce contra ela mesma. Um trabalho mais produtivo seria realizado se pudessemos nos aproveitar da produção científica derivada das várias correntes metodológicas como fonte de inspiração para o exercício da crítica interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIB, J. A. D. Skinner, materialista metafísico? "Never mind, no matter". In: PRADO JUNIOR, B. (org.), *Filosofia e comportamento*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- DEMO, P. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo, Atlas, 1981.
- KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1980.
- ROSE, J. C. Consciência e propósito no behaviorismo radical. In: PRADO JUNIOR, B. (org.), *Filosofia e comportamento*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- SKINNER, B. F. *About behaviorism*. Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1974.
-